



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
Registro de Candidatura nº 917-10.2010.6.02.0000

**ACÓRDÃO Nº 6705**  
(28/07/2010)

REGISTRO DE CANDIDATURA Nº 917-10.2010.6.02.0000, CLS. 38.  
REQUERENTE : Coligação RENOVA ALAGOAS II.

CANDIDATO : JOSÉ SALUSTIANO DOS SANTOS FILHO, concorrente  
ao cargo de Deputado Estadual.

IMPUGNANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.

IMPUGNADO : JOSÉ SALUSTIANO DOS SANTOS FILHO.

ADVOGADO : Araken Oliveira e outro.

RELATOR : Juiz RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JUNIOR.

**Ementa.**

ELEIÇÕES. 2010. PEDIDO DE REGISTRO DE  
CANDIDATURA. DEPUTADO ESTADUAL.  
OFERECIMENTO DE IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA DE  
DOCUMENTOS. DILIGÊNCIA CUMPRIDA. PROCESSO  
INSTRUÍDO COM TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS  
PELA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.221/2010 E PELA LEI Nº  
9.504/97. IMPUGNAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.  
REGISTRO DEFERIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM  
os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de  
votos, em julgar improcedente a impugnação e deferir o registro da  
candidatura, nos termos do voto do Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

Maceió, 28 de Julho de 2010.

  
Des. ESTACIO LUIZ GAMA DE LIMA - Presidente

  
Juiz RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JUNIOR - Relator

Dr. RODRIGO ANTONIO TEÓFILO C. DA SILVA - Proc. Regional Eleitoral



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
Registro de Candidatura nº 917-10.2010.6.02.0000

## RELATÓRIO

A Coligação RENOVA ALAGOAS II, por intermédio de seu presidente, requereu o registro de candidatura de OSÉ SALUSTIANO DOS SANTOS FILHO para concorrer ao cargo de Deputado Estadual pelo PTN, nas Eleições de 2010.

Publicado o edital relativo ao pedido em deslinde no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, consoante dispõe o art. 3º, da LC nº 64/90 c/c o art. 34, II, da Res.-TSE nº 23.221/2010, o Ministério Público Eleitoral apresentou impugnação ao pedido de registro, com fundamento na ausência de documentação prevista na legislação de regência.

Devidamente intimado, o candidato juntou a documentação de fls. 37-44; 49-56; 58, e a defesa de fls. 46/47. Argumentou, no mérito, que teria suprido todos os requisitos essenciais ao deferimento de seu pedido de registro.

Em seguida, com vista dos autos, o próprio MPE, à fl. 67, pronunciou-se pela improcedência da impugnação, porquanto concluiu que o candidato juntou aos autos a documentação suficiente ao registro da candidatura.

É o Relatório



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
Registro de Candidatura nº 917-10.2010.6.02.0000

### VOTO

Prescreve o art. 21 da Resolução TSE nº 23.221/2010 que o pedido de registro deverá ser apresentado pelos partidos e coligações por meio dos formulários Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) e Requerimento de Registro de Candidatura (RRC).

O Ministério Público Eleitoral impugnou a candidatura do requerente em face da ausência da prova de desincompatibilização (fl. 21).

Os requisitos legais referentes à filiação partidária, domicílio e quitação e à inexistência de crimes eleitorais foram aferidos no banco de dados desta Justiça Especializada (art. 26, §1º, da Res.-TSE nº 23.221/2010).

Também se infere da informação da Secretaria Judiciária de fl. 59, que o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) foi considerado apto por esta egrégia Corte Eleitoral, tendo sido o candidato escolhido na convenção do partido para pretender a investidura no cargo eletivo, conforme ata ali inserida.

Da análise dos autos, observa-se que o candidato apresentou a documentação ausente (fls. 38-43), cumprindo a contento o que determina a norma regulamentadora, especialmente no tocante aos documentos descritos no art. 26 da Resolução TSE nº 23.221/2010.

Constata-se, portanto, que ficaram plenamente atendidas as exigências legais no que concerne à documentação, às condições de elegibilidade e à inexistência de causas de inelegibilidade, estando o candidato apto a concorrer no pleito de 2010.

Desse modo, julgo improcedente a ação de impugnação de registro, DEFERINDO o registro de candidatura de OSÉ SALUSTIANO DOS SANTOS FILHO para concorrer ao cargo de Deputado Estadual, pelo PRTB, nas Eleições de 2010.

É como voto.

Maceió, 28 de julho de 2010.

RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JUNIOR  
Juiz Relator



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
SECRETARIA JUDICIÁRIA  
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E REGISTROS PLENÁRIOS**

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Certifico que o Acórdão nº 6705, de 28/07/2010, foi conferido e publicado na 61ª Sessão, realizada na mesma data. Eu, [Assinatura], lavrei a presente certidão, em Maceió, em 28/07/2010, que vai assinada pela Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários.

[Assinatura]  
Coordenadora de Acompanhamento e  
Registros Plenários



**Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas**

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO**

**Registro de Candidatura Nº 917-10.2010.6.02.0000**

**Prot. 6.959/2010**

**ORIGEM: MACEIÓ - AL**

**JULGADO EM: 28/07/2010 (SESSÃO Nº 61/2010)**

**RELATOR(A): JUIZ RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR**

**PRESIDENTE DA SESSÃO: Des. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA**

**PROCURADOR(A) REGIONAL ELEITORAL: Dr(a). RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO  
CORREIA DA SILVA**

**SECRETÁRIO: JOÃO RAMALHO DA SILVA FILHO**

**AUTUAÇÃO**

**REQUERENTE(S) : Coligação RENOVA ALAGOAS II (PTN / PRTB / PV)**  
**CANDIDATO : JOSÉ SALUSTIANO DOS SANTOS FILHO, CARGO DEPUTADO  
ESTADUAL, NÚMERO 19444**  
**IMPUGNANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**IMPUGNADO : JOSÉ SALUSTIANO DOS SANTOS FILHO, CARGO DEPUTADO  
ESTADUAL, NÚMERO 19444**  
**ADVOGADO : Araken Oliveira**  
**ADVOGADO : João Marcello Vieira de Almeida**

**DECISÃO**

Acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em julgar improcedente a impugnação e deferir o registro da candidatura, nos termos do voto do Relator. (Acórdão nº 6.705 de 28.07.2010).

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA. Presentes os Exmos. Srs. Juízes: Des. SEBASTIÃO COSTA FILHO, Drs. RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR, ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS, MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO, FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR e LUCIANO GUIMARÃES MATA, bem como o eminente Procurador Regional Eleitoral, Dr. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA.

Por ser verdade, firmo a presente.  
Maceió, 28 de julho de 2010.

  
**CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS**  
Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários